

# A voz feminina será forte na Constituinte

## Marcondes Sampaio

Ainda que longe de atender às aspirações de igualdade das lideranças feministas, a próxima Assembleia Constituinte deverá reunir a maior bancada feminina da história parlamentar do País. Numa estimativa otimista, podem ser eleitas até 20 deputadas, embora o mais provável seja a eleição de 12 a 15 mulheres constituintes. Para o Senado, contudo, não deverá ser eleita nenhuma mulher. A única que atualmente tem assento nessa Casa (Eunice Michiles, do Amazonas) encerrará seu mandato em janeiro, tendo alguma chance de se eleger deputada.

Atualmente, são sete as deputadas federais. Nas eleições de 1982 foram eleitas oito, mas a ex-presidente nacional do PTB, Ivete Vargas, morreu em 1984, sendo substituída pelo deputado paulista Celso Amaral. A perspectiva de crescimento da representação feminina na Câmara ganhou novo alento neste fim de semana, com a divulgação da pesquisa realizada pela LPM, na qual três mulheres — Rose Mary Goes, Márcia Kubitschek e Maria de Lourdes Abadia — despontam entre os quatro candidatos mais fortes no Distrito Federal.

### Mais prováveis

Nas avaliações feitas por representantes de diferentes partidos, são consideradas praticamente eleitas, em vários Estados, as seguintes candidatas: Lúcia Vânia (PMDB-GO), Wilma Maia (PFL-RN), Rita Camata (PMDB-ES), Beth Azize (PSB-AM), Maria de Lourdes Abadia, e as atuais deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), Irma Passoni (PT-SP), Lúcia Viveiros (PFL-PA) e Rita Furtado (PFL-RO).

Têm grande chance as candidatas Lúcia Braga (PFL-PB), Rose de Freitas (PMDB-ES), Márcia Kubitschek, e Rose Mary Goes. Alguma possibilidade: Kátia Born (PSB-AL), Abigail Feitosa (PMDB-BA), Rosa Fonseca (PT-CE), Irede Cardoso (PT-SP), Bete Mendes (atual deputada, PMDB-SP), Eunice Michiles, Miriam Portella (PDS-PI), Raquel Capiberibe (PMDB-Amapá) e Lídice da Matta (PC do B-BA). Chances remotas: Lillian Martins (PC do B-SP),

Moema Santiago (PDT-CE) e Dirce Quadros (PSC-SP).

Apesar das excelentes colocações obtidas na pesquisa da LPM, Márcia Kubitschek e Rose Mary ainda não podem ser consideradas virtualmente eleitas. Elas demonstraram ter base para evoluir eleitoralmente, mas deve-se levar em consideração que o Distrito Federal terá apenas oito representantes na Câmara e por isso a situação das duas pode ser abalada, ao longo da campanha, pelo desempenho de outros candidatos. No caso de Márcia, pode-se levar em conta que sua candidatura ainda está sujeita a novo julgamento pela Justiça Eleitoral.

O favoritismo de Maria Abadia pode ser explicado pela sólida base política que ela conquistou como administradora regional da Ceilândia, durante nove anos.

### Sem feminismo

A relação de candidatas viáveis evidencia alguns aspectos curiosos. Por exemplo: é possível que não seja eleita para a Constituinte nenhuma deputada marcadamente comprometida com a liderança do movimento feminista, a menos que a paulista Irede Cardoso tenha êxito na sua candidatura. Também chama atenção a hipótese de um Estado da expressão política de São Paulo, com 60 representantes na Câmara, eleger apenas uma mulher (Irma Passoni), enquanto o Amazonas, com apenas oito representantes, pode eleger duas deputadas.

A maioria das mulheres será eleita por atividade no campo social, pela mensagem ideológica, ou pelo prestígio dos maridos, como Rose Camata, mulher do ex-governador capixaba, Gerson Camata; Lúcia Vânia, casada com o ex-governador Irapuan Costa Júnior; Wilma Maia, mulher do ex-governador potiguar, Lavoisier Maia. A paraibana Lúcia Braga soma o prestígio pessoal ao do marido, ex-governador Wilson Braga.

A mobilização feminina pode abalar até um dos últimos bastiões no machismo — o Estado de Alagoas — se a socialista Kátia Born for eleita. No Rio Grande do Norte, a eleição de uma deputada, mesmo favorecida pela circunstância de o marido ter sido o governador do Estado, não chega a surpreender. Afinal, esse é o Estado brasileiro que primeiro

conferiu o direito de voto à mulher, em 1928.

### A esquerda

Outro dado significativo revelado pelo levantamento, indica que a sorte das mulheres na Constituinte está, em grande parte, associada ao desempenho dos pequenos partidos de esquerda — como o PT, PSB e PC do B.

Na realidade, das 254 mulheres que disputam a Câmara — e 18 o Senado — cerca da metade está filiada aos pequenos partidos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Essa concentração de candidatas nos Estados nordestinos é explicada, em certo grau, pelo recente fenômeno da eleição, em Fortaleza, da primeira prefeita de capital mulher, a petista Maria Luiza Fontenelle.

Quanto à opção pelas siglas menores, a causa principal é o fato desses pequenos partidos terem mais carência de quadros nas duas regiões, tornando maior a necessidade de prestigiar as mulheres, a ponto de em vários Estados atribuir-lhes as candidaturas majoritárias ao Senado e até mesmo a governador. A jornalista Leticia Borges, de «O Globo», não vê nisso exatamente uma deferência à mulher, mas sim uma «missão de sacrifício». Ou seja, as mulheres candidatas a postos majoritários entram na eleição cientes de que não têm qualquer chance de vitória, mas concordam em candidatar-se como forma de atrair o eleitorado feminino para os seus partidos.

De qualquer modo, essa opção pela esquerda é bem diversa daquela assumida, 22 anos atrás pelas mulheres que, a pretexto de livrar o País do comunismo, foram às ruas fazer a «Marcha da Família com Deus pela Liberdade», ajudando a criar as condições para a consolidação do movimento militar de 64.

Muitas das filhas e netas dessa geração de senhoras da «Marcha» estão agora do outro lado, comprometidas com o revigoramento do poder civil. Outras, como Eunice Michiles, não abrem mão do combate ao avanço das esquerdas. Até 1983, como integrante do PDS, Michiles presidiu o «Movimento da Mulher Democrática Social» que tinha como um dos objetivos, exatamente, combater a «influência das esquerdas no País».